



Migrações femininas contemporâneas

Os desafios e as singularidades

Delia Dutra
Equipe do CSEM

A pertinência de propor uma reflexão sobre as migrações femininas contemporâneas ancora-se, notadamente, nas formas e conteúdos escolhidos para problematizar esse fenômeno, assim como, numa definição clara sobre quais as mulheres migrantes que estão sendo pensadas.

Para desenvolver nossa reflexão tomamos como base as condições de vida que atualmente enfrentam as mulheres migrantes trabalhadoras de origem social pobre; ou seja, aquelas cujo contexto de trabalho (ou falta deste) se conforma como eixo e lugar a partir do qual vivem e tomam decisões sobre o processo migratório, sobre a família, sobre os projetos de retorno e/ou de permanência na sociedade de acolhida.

Reconhecemos a existência de outros perfis de mulheres que migram; contudo, escolhemos esse perfil para nossa reflexão por entendermos que são as mulheres migrantes trabalhadoras e de origem social pobre aquelas que conformam o grupo mais numeroso e necessitado de assistência e compreensão por parte de entidades, tais como, a pastoral das migrações.¹

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT)², 90% dos migrantes e das migrantes do mundo correspondem a trabalhadores e trabalhadoras ativos/as e suas famílias; portanto, também desde esse ponto de vista se justifica incluímos na nossa reflexão sobre a migração feminina as condições atuais do mercado internacional de trabalho.

¹No ano 1955, Rio de Janeiro, na primeira Conferência convocada pelo Papa Pío XII – na criação do CELAM – tendo como base a Encíclica *Exsul Familia* (Pío XII, 1952), trata-se o tema das migrações focalizando o Direito e Justiça da migração: «corresponde aos países latino-americanos, como um dever de caridade cristã, de justiça social e solidariedade humana, abrir suas portas à migração» (#90). Em outra passagem, se faz presente uma demanda que hoje (2013) toma ainda mais força se pensarmos, por exemplo, na paupérrima situação dos haitianos e das haitianas «refugiadas» no Brasil, «deve-se intensificar a assistência social ao migrante, por meio de Secretariados de inserção laboral, serviço social, assistência jurídica e médica, orientação profissional e de localização no ambiente, etc...» (#92). Disponível em: www.migracionesfccam.org.ar Acesso, abril de 2013.

² http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/gender_december.pdf, Acesso em: 20 de abril, 2013.



Cabe, de qualquer maneira, salientar a existência de um elemento comum a *todas* as mulheres migrantes no mundo (independente da sua origem social) e que refere a uma determinação por gerar mudanças nas suas vidas através da migração. Ou seja, em qualquer caso a migração se torna uma ação por meio da qual se espera obter mudanças significativas; essas, por sua vez, demandam capacidades e recursos para adaptar-se, tanto das próprias protagonistas do ato migratório e dos seus entornos familiares e comunitários de origem, assim como também do contexto social que as recebem.

Justamente nesse ponto – sobre as capacidades e recursos necessários de serem acionados por cada uma das partes envolvidas ou afetadas direta ou indiretamente durante o processo migratório – nos deparamos com o específico de se pensar as migrações femininas. Tal especificidade refere à necessidade de questionar-nos sobre o *lugar* que as mulheres migrantes detêm tanto na sociedade de origem quanto de acolhida.

Compreendemos que esse lugar se materializa: (i) em tudo aquilo que delas se espera, pois, as mulheres migrantes carregam necessidades e sonhos próprios e alheios – seus percursos falam delas e daquilo que outros projetam através delas; (ii) também em aquilo que elas aprendem a incorporar como sendo natural e necessário (um dever) ou, até, inevitável nas suas vidas, já que elas *cuidam* dos outros, sejam do seu próprio núcleo familiar como do contexto de trabalho; (iii) e, finalmente, naqueles acontecimentos, situações de vida, que elas dão conta de mudar e transformar.

Cuidar dos outros, velar e zelar por aqueles que delas dependem, assim como *servir* àqueles a quem elas obedecem, é o lugar social e culturalmente atribuído às mulheres. No entanto, o grau de responsabilidade e/ou de submissão assumido por uma mulher migrante varia enormemente conforme a situação social em que se encontre. Isto é, existem diversas variáveis que, em maior ou menor grau, se sobrepõem à condição de gênero (de serem mulheres) e acabam configurando as possibilidades reais de efetivar ou não as mudanças esperadas durante o processo migratório. Como exemplos de tais variáveis podemos citar: a origem social, as características étnico-raciais, o grau de acúmulo de capital cultural e a posse ou não de documentação que as habilitem a desempenhar tarefas no mercado formal de trabalho.

Para o caso específico das mulheres migrantes trabalhadoras e de origem social pobre, atualmente esse lugar assume certas características que, na sociedade receptora,



geralmente as condena a dois nichos específicos no mercado de trabalho: o serviço doméstico ou a prostituição (Cf. PARELLA, 2005, 2003).³

Em diálogo com isso, vale lembrar que em 1992, em Santo Domingo (República Dominicana), nos documentos preparatórios da IV Conferência do Episcopado Latino-americano, constata-se uma clara preocupação pelo fato concreto do crescimento da mobilidade humana e, nesse sentido, o aumento da complexidade do fenômeno e das causas que provocam tais deslocamentos. No parágrafo dedicado à mulher, considera-se como linha urgente de ação a denúncia aos atropelos que sofrem as mulheres latino-americanas e caribenhas, sobretudo, “camponesas, indígenas, afro-americanas, migrantes e operárias (...)”, inclusive denunciar os abusos cometidos pela mídia contra a dignidade dessas mulheres vulneráveis, buscando favorecer os meios que lhes permitam levar uma vida digna (S.D. 107 y 110). E continua o apelo a entender e tomar ações diante «dos rostos desfigurados pela fome... rostos humilhados por causa da sua própria cultura... rostos sofridos das mulheres humilhadas e postergadas...» (S.D. 178).

Também em 2007, em Aparecida (Brasil), no parágrafo referente às *Migrações, Imigrantes e Migrantes*, destaca-se a necessidade de contemplar, cada vez mais, o «rostos dos que sofrem; as comunidades indígenas e afro-americanas que, em muitas ocasiões não são tratadas com dignidade e igualdade de condições; muitas mulheres, que são excluídas por esse motivo [por serem mulheres], pela situação socioeconômica... que as impedem de ingressar no mercado de trabalho para se desenvolver e construir uma família» (65). A globalização estimula o crescimento das desigualdades em um contexto de migração no qual «as mulheres [de todas as idades] são maltratadas, vítimas da exclusão e do tráfico para a exploração sexual» (402).

Compreendemos, com base nessas reflexões, que estamos perante um fenômeno que quase diariamente muda de rostos, de local, de cidade, de país e de hemisfério; porém, afetando sempre aos mais pobres. Por isso, coloca-nos perante a necessidade de procurar formas alternativas de leitura, de compreensão, com o fim de poder interpretar melhor o desafio da realidade e nos capacitar a dar respostas adaptadas aos tempos atuais.

O contexto atual internacional para a mulher migrante trabalhadora⁴

³ No próximo item avançamos sobre esse ponto nevrálgico da migração feminina, nas condições aqui apresentadas.



A necessidade de dar sustento à família é uma forte motivação para a migração em geral e para a migração feminina em particular. As mulheres migrantes são os principais agentes ativos no envio de remessas aos seus países de origem, acompanhando a crescente tendência de aumento do número das famílias monoparentais e do que se denomina de feminização da pobreza e feminização das migrações.⁵

Segundo o estudo *Gênero, Migração e Remessas* da OIM⁶, as mulheres imigrantes (...) mesmo ganhando menos do que eles [os homens imigrantes], conseguem mandar uma proporção maior do que ganham, mas também de forma mais regular e durante mais tempo. Essas remessas são um alívio econômico para as famílias receptoras, mas também um fator de reequilíbrio entre gêneros, sublinha a OIM. É que mulheres que enviam dinheiro assumem um papel que não tinham e as que recebem assumem novas responsabilidades na administração do orçamento familiar.⁷

De acordo com a OIM⁸ a migração laboral no século XXI, se destaca como um dos assuntos principais na agenda política de muitos países, sejam esses, países de origem, trânsito ou de destino de migrantes. Três fatores se identificam⁹ como essenciais para explicar esse fenômeno: *primeiro*, as mudanças demográficas e as necessidades do mercado de trabalho em muitos países industrializados; *segundo*, a pressão da população, o desemprego e as crises internacionais que atualmente afetam tanto países industrializados quanto os menos desenvolvidos; *terceiro*, a formação de redes entre países baseadas na família, cultura e história.

Outros fatores podem ser acrescentados e caracterizados por serem mais específicos da mulher do que do homem migrante – se bem que alguns homens possam também sofrerlos. Tal o caso de: a pobreza e a falta de oportunidades, a violência e opressão dentro do próprio núcleo familiar e comunitário, assim como a vontade de se emancipar e realizar sonhos.

⁴ Parte das reflexões levantadas nesse tópico é tomada do nosso artigo intitulado “*Mulheres, migrantes, trabalhadoras: a segregação no mercado de trabalho*”, publicado na REMHU do primeiro semestre de 2013.

⁵ Para aprofundar sobre o fenômeno *feminização das migrações*, consultar o artigo de Roberto Marinucci disponível em: http://www.csem.org.br/pdfs/feminizacao_das_migracoes_roberto_marinucci2007.pdf

⁶ Organização Internacional para as Migrações.

⁷ “Mulheres imigrantes enviam muito dinheiro a seus países”, Disponível em: http://www.swissinfo.ch/por/sociedade/Mulheres_imigrantes_enviam_muito_dinheiro_a_seus_paises.html?cid=32241794, Acesso em: 20 abril, 2013.

⁸ Organização Internacional para as Migrações. Disponível em: http://www.mte.gov.br/rel_internacionais/migracao.asp. Acesso em: 20 de fevereiro de 2013.

⁹ *Idem*.



Dessa forma, as migrantes desenham novas rotas de vida, buscando dar respostas às necessidades do dia a dia. Necessidades que dizem respeito não só à escassez material que impede uma alimentação saudável e vestimenta e moradia digna, como também referem à falta de acesso à educação formal para os filhos e para elas próprias, falta de acesso ao mercado de trabalho formal, ou inclusive o informal, e falta de acesso aos serviços públicos tais como saúde e transporte.

Parella (*op.cit*) é contundente na sua análise sobre o lugar de vulnerabilidade que atualmente ocupam as mulheres migrantes na sociedade receptora, produto da exploração e discriminação no mercado de trabalho. A autora define a vulnerabilidade como a brecha existente entre padrões de vida de um coletivo com relação a outro – por exemplo, o das mulheres migrantes e o das mulheres autóctones. O entrecruzamento das condições de classe, gênero e étnica, condena - ao coletivo de mulheres migrantes trabalhadoras - a uma situação de vulnerabilidade social acentuada pela concentração delas no mercado de trabalho informal e, conseqüentemente, pelo acesso desigual a recursos materiais e à documentação que lhes permita desempenhar seus trabalhos em situação regular.

Também a OIT¹⁰ considera que as trabalhadoras migrantes podem acumular numerosos níveis de discriminação: (a) sexual, (b) em função da raça, cor ou origem étnica, (c) na profissão, pois, trabalham em empregos que não são consideradas, formalmente, trabalhadoras, (d) salarial, (e) em função da nacionalidade, e, finalmente, (f) com base no estatuto migratório (possuem ou não documentação para trabalhar ‘legalmente’).

Tal como foi apontado anteriormente, a segregação ocupacional condena, segundo Parella (*op.cit.*), às mulheres migrantes de origem social pobre ao âmbito dos serviços doméstico ou da prostituição, o que evidência a discriminação sofrida pelas trabalhadoras migrantes na sociedade receptora. Para essa autora, a discriminação “não é o resultado das diferenças entre as pessoas, mas dos mecanismos de exclusão associados a tais diferenças” (Parella, 2003: 17). Mecanismos que, segundo a socióloga, agem tanto no plano material quanto no plano simbólico.

A historiadora Mary Nash sustenta que a “mercantilização das tarefas domésticas e de cuidado” é um fenômeno que pode ser caracterizado como global desde finais do século

¹⁰ http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/gender_december.pdf, Acesso em: 20 de abril, 2013.



XX e cada vez mais associado às migrantes, as “recém chegadas”,¹¹ muitas delas convertidas em “mães substitutivas da infância global”, fenômenos que para essa autora renova, o já conhecido debate de traspasso de funções domésticas, sempre e unicamente entre mulheres (NASH, 2012: 316).

A mulher imigrante é percebida como força de trabalho idônea para realizar o trabalho doméstico remunerado, sendo que se trata de uma atividade socialmente pouco valorada, etiquetada como “suja” e escassamente qualificada, assumida como algo inerente à condição feminina e amiúde realizada desde a economia informal (PARELLA, 2005: 98-99).

Cabe, portanto, reforçar a ideia de que as condições muito precárias de trabalho e a situação de vulnerabilidade em que muitas das trabalhadoras migrantes se encontram trazem implicações, não somente para a vida delas, como, notadamente, para o núcleo familiar do qual são responsáveis, gerando mudanças na estrutura social, com enormes repercussões, da comunidade local de origem e de destino. Tais situações se manifestam em fenômenos como o da mobilidade indesejada da mulher, afetando a estrutura familiar de matriz patriarcal (DUTRA, 2013b).

* * *

Em virtude dos argumentos apresentados, estamos em condições de sustentar que a situação de vulnerabilidade vivenciada pelas mulheres migrantes no mundo não é um fenômeno novo. O histórico trabalho pastoral desenvolvido pelas irmãs scalabrinianas no mundo junto dos e das migrantes é prova disso. Entretanto, cabe a nós refletir sobre as mudanças e especificidades que caracterizam o dia a dia do mercado internacional de trabalho provocando mudanças nas formas de manifestação da procura por mão de obra feminina.

Em janeiro de 2013, na mensagem «Migrações: peregrinação de Fé e esperança»¹² pronunciada durante a Jornada Mundial do Migrante e do refugiado, o Papa Benedito XVI retoma da sua Encíclica *Caritas in veritate* que «toda a Igreja, em todo seu ser e obrar,

¹¹ Cabe salientar que sentido dado por Nash à expressão “recém chegadas” vai além do tempo que as mulheres possam ter residindo na sociedade de acolhida. Refere-se à ênfase dada pela autora à condição de serem de “fora”, à marca de não pertença ao lugar.

¹² Disponível em: <http://www.aica.org>. Acesso em: abril, 2013.



quando anuncia, celebra e atua na caridade, tende a promover o desenvolvimento integral do homem» (n.11); nesse sentido se refere a «milhões de homens e mulheres que por motivos diversos, vivem a experiência da migração. De fato, os fluxos migratórios são ‘um fenômeno que impressiona pelas suas grandes dimensões, pelos problemas sociais, econômicos, políticos, culturais e religiosos que suscita, e pelos dramáticos desafios que apresenta às comunidades nacionais e à comunidade internacional (62), já que todo migrante é uma pessoa humana que, em quanto tal, possui direitos fundamentais inalienáveis que devem ser respeitados por todos e em qualquer situação’ (62)». Nessa linha, o Papa continua desenhando o contexto das atuais migrações como resultado da precariedade econômica, da falta de bens básicos para viver, destacando que «ao invés de uma peregrinação animada pela confiança, a fé e a esperança, emigrar converte-se então em um ‘calvário’ para a sobrevivência, onde homens e mulheres aparecem mais como vítimas do que como protagonistas e responsáveis da sua migração», assim «não se pode esquecer da questão da migração irregular (...) que se configura como tráfico e exploração de pessoas, com maior risco para as mulheres e crianças».

Desse modo, podemos compreender que o desafio proposto é uma reformulação conceitual para melhor compreender a migração feminina, mais ainda no contexto da pobreza. Assim, as constantes e novas leituras desse fenômeno não podem ser paralisantes, muito pelo contrário, elas devem estimular a criatividade compreensiva que nos possibilita viver e atuar em comunhão.

Referências

APARECIDA. V Conferencia General del Episcopado Latinoamericano y del Caribe. Documento Conclusivo. 2ª Edición. 13-31 de Mayo del 2007.

DUTRA, Delia. Mulheres, Migrantes, Trabalhadoras: a segregação no mercado de trabalho. **REMHU**, 2013a, *no prelo*.

———. **Migração Internacional e Trabalho Doméstico**. Mulheres peruanas em Brasília. São Paulo/Brasília: OJM/CSEM, 2013b. *No prelo*.

MIGRACIONES: Peregrinación de fe y esperanza. Mensaje de Benedicto XVI, para la Jornada Mundial del Migrante y del Refugiado 2013. Disponível em: www.aica.org. Acesso em: abril 2013.



NASH, Mary. Nuevos horizontes y viejos dilemas. Los retos de la era global. In: NASH, M. **Mujeres en el Mundo. Historias, retos y movimientos**. Madrid: Alianza Editorial, 2012, p. 309-339.

OIT. **Trabalhadoras e trabalhadores migrantes**: alcançar a igualdade de direitos e oportunidades. Disponível em:

http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/gender_december.pdf, Acesso em: 20 de abril, 2013.

PARELLA RUBIO, Sònia. **Mujer, inmigrante y trabajadora**: la triple discriminación. Rubí (Barcelona): Anthropos, 2003.

_____. Segregación laboral y “vulnerabilidad social” de la mujer inmigrante a partir de la interacción entre clase social, género y etnia. In FLAQUER, Lluís; SOLÉ, Carlota (Eds.). **El uso de las políticas sociales por las mujeres inmigrantes**. Madrid: Instituto de la Mujer. Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales, 2005, p.97-136.

SANTO DOMINGO. Conclusões. IV Conferência do Episcopado Latino-americano. Nova Evangelização, Promoção Humana e Cultura Cristã. 7ª Edição. 1992.